

DESAFIOS PARA PENSAR A FORMAÇÃO HUMANA PARA ALÉM DA LÓGICA DO CAPITAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DA UERJ

Maio 2008

Lázaro Santos - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana
(PPFH/UERJ) - lzuernj@gmail.com

Eloiza da Silva Gomes de Oliveira - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
e Formação Humana (PPFH/UERJ) - eloizaoliveira@uol.com.br

Pesquisa e Avaliação

Educação Universitária

Descrição de projeto em andamento

Investigação científica

Resumo

Neste trabalho pretendemos discutir conceitos e idéias que nos ajudem com a aproximação ao nosso objetivo de pesquisa, ou seja, as implicações que um curso de pedagogia a distância pode ter na prática docente de alunos que concluíram o curso. Nesse sentido, discutimos as idéias de formação continuada, sociedade da informação e comunicação ou sociedade do conhecimento, bem como do sentido que as tecnologias da informação e comunicação têm para o nosso contexto social, entendendo-as a partir de uma concepção de uso histórico-social. Essas reflexões são necessárias para que pensemos a própria idéia de formação humana que elaboramos ao planejar um curso como o que estudamos, levando em consideração que nossas concepções teórico-filosóficas implicam diretamente no projeto do curso. Outro viés dessa pesquisa é a discussão sobre o que leva um aluno a buscar sua formação em um curso a distância e, mais, quais são seus objetivos quando ele termina, entendendo que são diversas as motivações dos graduandos. Esperamos com isso, pensar e criar estratégias que nos ajudem na avaliação e implementação de cursos a distância voltados não somente para a formação para o mercado de trabalho, e sim para a emancipação dos sujeitos que participam dessa graduação.

Palavras-chave: Educação a distância, formação humana, concepção histórico-social.

Algumas discussões preliminares...

Esse trabalho se faz necessário na medida em que cada vez mais temos cursos de formação na modalidade a distância e é preciso que investiguemos quais são as implicações desses cursos nas práticas daqueles que já o concluíram¹.

Essa questão tem como pano de fundo a necessidade de sabermos até que ponto estudantes do curso realmente aplicam no seu cotidiano saberes adquiridos na graduação ou se, pelo contrário, tais saberes são desvinculados, por algum motivo de suas práticas de sala de aula, havendo ainda um terceiro viés que poderia ser a necessidade de diplomação em nível superior.

O referido curso se dá em um contexto de utilização mais intensiva e extensiva das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em praticamente todas as áreas da ação humana, o que tem levado alguns intelectuais a denominar nosso espaço / tempo como “sociedade da informação e comunicação”.²

Esta sociedade também é enunciada como aquela que simboliza a terceira revolução, a tecnológica por meio das TICs, de tal forma que também implicaria diretamente os sujeitos constituintes da contemporaneidade, daí o fato de, ao mesmo tempo em que este estudo visa entender o curso de pedagogia a distância da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tem como ênfase a discussão transversal de que formação está sendo oferecida em meio a essas mudanças.

Se quisermos discutir nesse sentido, é necessário pensar e questionar essa educação para a formação humana, indagando: que formação? E que humano?

Vivemos em um tempo / espaço onde cada vez mais encontramos um discurso no qual se valoriza o conhecimento e, mais, tal conhecimento é tido como a chave não somente para o desenvolvimento dos indivíduos, mas também das sociedades.

Dentro desse panorama percebemos a utilização mais habitual de termos como, por exemplo, “sociedade do conhecimento”, “sociedade da informação”, entre outros. Contudo, tais designações nos levam a alguns questionamentos:

- Se vivemos na sociedade do conhecimento, atualmente, em que sociedade vivíamos antes, ou seja, será que o conhecimento só toma ares de importância nessa virada de século?

- Que conhecimento é esse capaz de determinar, ou denominar um espaço / tempo como tal?

Trabalho, conhecimento, sociedade da informação e comunicação e o homem.

No contexto dessas indagações, sobre as quais mais adiante refletiremos, há um outro fator não menos importante, que também tem sido amplamente alardeado como uma competência para essa sociedade do início do século XXI: a formação continuada ou permanente.

¹ Pesquisa orientada pela Professora Eloiza da Silva Gomes de Oliveira.

² Nesse quadro de autores poderíamos citar Pierre Lévy e Manuel Castells.

Esse conceito tem sido utilizado para denominar a atividade humana de continuidade dos estudos iniciais para “toda a vida”, nas mais diversas áreas e campos científicos e profissionais.

Nesse sentido há também uma difusão da idéia de necessidade dessa formação continuada como pressuposto para a “entrada” no mercado de trabalho, de tal forma que um sujeito que “para no tempo” e deixa de estudar ou se formar, torna-se desatualizado, portanto, uma força de trabalho menos “eficaz”.

A formação institucionalizada torna-se assim requisito básico para praticamente qualquer trabalhador, entre eles aqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho e precisam se “reciclar” para continuar no jogo. Quanto àqueles que ainda não estão no mercado, resta-lhes ingressar em diversos cursos, das mais diferenciadas áreas, ou pelo contrário, baseados em uma especialização meticulosa de tal forma que, em algum momento, estejam “aptos” à candidatura para uma vaga.

Com isso cresce um outro campo altamente rentável, o da educação para o trabalho não no sentido de uma formação mais complexa do sujeito humano, mas sim cursos preparatórios para algo. Cursos para concursos públicos, cursos pré-vestibulares, cursos técnicos especializados, cursos para cursos e mais cursos, cursos e cursos...

No que diz respeito ainda às instituições, percebemos que nessa linha há uma profusão de mercados educativos, sem que haja necessariamente algum tipo de critério através dos quais esses cursos são oferecidos, e daí voltamos à questão antes enunciada: de que formação está sendo oferecida?

Essas são questões que nos levam à crítica da educação como mercado, em outras palavras, da mesma forma que posso ir à feira e comprar determinados produtos, posso ir também a um “cursinho” e comprar determinadas competências ou saberes técnicos.

Por outro lado, há um sujeito para o quem é dito que deve se preparar para o trabalho, se qualificar, ser flexível e outra série de recomendações e que, ao bater em uma fila de emprego com seu currículo superqualificado, se vê às voltas com uma negativa, continua fora do mercado e acompanha na televisão, jornais, palestras etc., a promessa e cobrança em contrapartida, de que é necessário buscar mais cursos, mais qualificações, diferenciais.

Se pensarmos nesse sujeito pluriqualificado e ao mesmo tempo excluído do mercado, veremos que há nele um forte sentimento de fracasso individual, no qual a culpa pelo seu insucesso ao conseguir um emprego é somente sua, independente dos fatores que atuam no mercado.

Por que a promessa do emprego desde que se tenha formação não se cumpre?

Ora, se formos pensar na questão estrutural, perceberemos que é necessário ao capital ter um contingente de reserva o que leva, em outro plano, à desestabilização da coesão de classes, sindicatos, entre outras forças do trabalhador. O poder de negociação, portanto, é minimizado pela falta de mobilização e, principalmente, por esse banco de mão de obra que cada vez mais se qualifica e menos exige diante da ausência de possibilidades.

Daí vemos propostas como flexibilização da jornada de trabalho, aumento do emprego informal, diminuição dos salários, baixa estabilidade nos cargos etc.

Esses são alguns dos fenômenos que analiso brevemente antes de chegar à nossa questão principal, ou seja, **qual é a relação desse contexto com a necessidade de formação continuada para professores?**

Outra questão desse estudo é o fato de que grande parte dessa formação tem se dado a partir da Educação a Distância por meio da utilização das tecnologias da informação e comunicação (TICs), o que constitui para muitos uma promessa de democratização do acesso ao nível superior nas instituições públicas.

Antes de trabalhar esse tema propriamente, creio ser necessário voltar às questões que antes havia enunciado, sendo a primeira a respeito da sociedade do conhecimento.

Podemos concordar, de alguma forma, que os meios de produção com o qual os trabalhadores lidam hoje são mais complexos que os de outrora, ou melhor, são de uma qualidade diferente, que nos parece mais complexa.

Esse pressuposto nos indicaria, portanto, que há uma necessidade maior de formação do trabalhador do que em outro tempo / espaço. Quero dizer com isso, por exemplo, que não é qualquer pessoa, por exemplo, que consegue fazer uma programação de determinado *software* de um computador de uma empresa no ramo de transporte terrestre. Isso demandaria um profissional especializado nessa área.

Contudo, devemos questionar se essa não é uma demanda da atualidade que em outras épocas também já foi necessária, ou seja, se hoje um veículo depende da programação de computador para funcionar e é necessário um sujeito que faça essa programação, em outro tempo / espaço já houve uma outra demanda, que pode ser “simplesmente” a confecção de um instrumento “X”, também necessário ao veículo, que na sua época também demandava um profissional preparado para tal em termos de formação.

Assim, dizer que hoje vivemos na sociedade do conhecimento porque o trabalho é baseado principalmente nele, é deixar de pensar nas relações que conhecimento e trabalho tiveram em outros tempos / espaços.

Hoje o conhecimento não é mais importante do que foi em outras épocas, do ponto de vista do sujeito que modifica a natureza por meio do trabalho, mas é sim mais requisitado no que diz respeito a um mercado mais exigente e excludente que, se aproveitando disso, transforma conhecimento em requisito para o trabalho e diferencia assim um sujeito do outro.

Ora, sabemos a partir de uma análise materialista histórica das implicações, ou melhor, das inter-relações que têm trabalho e conhecimento, que não associá-los é desconstruir a própria concepção de homem e mundo que temos.

É necessário, portanto, compreender que só é possível ao homem se entender e se formar como tal a partir do trabalho e que não há trabalho sem que haja uma projeção do mesmo, baseada em conhecimentos e na relação material que tem com os objetos disponíveis. Em outras palavras, desde que o homem é homem e se relaciona com a natureza por meio do trabalho, o conhecimento está implicado nessa relação (Lukács, 2004).

Hoje não assistimos e participamos de um tempo / espaço onde essa relação trabalho – conhecimento é mais valorizada ou maximizada, mas sim onde o valor de troca do que se chama conhecimento torna-se algo ultra-explorado, seja no que diz respeito à sua aquisição (por meio das instituições

que o oferecem), seja por meio das subjetividades (ideologia da necessidade do conhecimento pleno).

Desta maneira podemos chegar à conclusão de que, se vivemos na sociedade do conhecimento, não é porque hoje o conhecimento é mais valorizado do que em outras épocas, mas sim porque atualmente a sua importância como objeto de trocas (inclusive comerciais) foi maximizada ao extremo.

Da mesma forma, devemos refletir: de que conhecimento estamos falando?

Ora, se pensarmos nesse tipo de conhecimento inserido no contexto da “sociedade do conhecimento”, falamos de saberes ou competência para o trabalho, ou seja, aquilo que é necessário ao sujeito saber para que possa desempenhar bem determinada função ou papel no mercado de trabalho.

Falamos também da idéia de que é necessário saber sobre os mais diversos campos de conhecimento em determinadas situações, já em outras é preciso se especializar ao máximo ou, em outros termos, devemos saber conversar sobre tudo, do mesmo modo como devemos buscar nos especializar em nosso campo de conhecimento.

Acredito que precisamos desconstruir essa idéia de conhecimento simplesmente pragmático, ou pior, a aquisição de saberes com a finalidade única de servir ao trabalho como reprodução e multiplicação do capital. Se o trabalho está implicado diretamente à ontologia ou existência do ser humano, assim como o conhecimento, este não deve servir exclusivamente ao “sistema”, mas ser a base para a produção humana socializada e para a superação de situações adversas à solidariedade humana, tal como vivemos atualmente.

É nesse sentido que temos que contestar o fato de que, no seio da sociedade do conhecimento e da informação, estes sejam os elementos mais valorizados não pelo valor que têm, mas pelo valor financeiro que podem gerar.

O papel das tecnologias na formação humana

Assim como o conhecimento e a informação, nas tecnologias também estão a ênfase na sociedade da informação e comunicação, de tal forma que, a princípio, discutir formação humana sem passar pelas TICs seria uma leviandade.

Há autores mais conservadores ou pessimistas, que acreditam que o *boom* das TICs pode ter consequências negativas praticamente irreversíveis à humanidade, situando-se dentro do quadro intelectual denominado, como fez Umberto Eco, *apocalípticos*.

Em contrapartida, há outros intelectuais que têm feito uma análise das tecnologias sob a ótica das contribuições que estas podem dar ao homem e sua sociedade, sendo assim denominados *integrados*.

Em ambos os casos há visões críticas, visões alienadas, otimistas ou pessimistas demais, enfim, são diversas as ênfases e a profundidade com que o tema é abordado, embora em todos os casos as conclusões impliquem, de uma maneira ou de outra, a formação humana.

E por que então seria necessário discutir mais uma vez esse assunto tão abordado? Acredito que uma colaboração que podemos dar ao campo é a tentativa de analisar esse processo na perspectiva da formação humana, relacionando-a aos processos sócio-econômicos que vivenciamos, sem perder

de vista a preocupação em não encerrar nas próprias tecnologias (como se pudessem ser meios e fins) a discussão.

Portanto, uma das nossas preocupações é se podemos concordar ou não que estamos na sociedade da informação e comunicação, e mais além, quer seja uma nova época, novo tempo / espaço ou não seja, qual é o papel das TICs na formação dos sujeitos? É diferente de outros momentos históricos? Se é, em que qualidade e quantidade (Marx apud Triviños, 2007) isso se dá?

Embora não tenhamos a pretensão de encerrar essas discussões, acreditamos que tal problematização seja necessária. Afinal, o trabalho e o conhecimento são elementos fundamentais inerentes à formação humana e esta só se dá por meio de práticas sociais, pois o homem é um ser social, embora também seja um ser biológico (Schaff, 1967).

Como ser social, por meio do trabalho, o homem se constituiu e constituiu os outros homens em um processo que poderíamos chamar de auto-criação. O conhecimento, como afirmamos anteriormente, sempre esteve implicado nessa produção do sujeito, daí o seu aspecto teleológico na ontologia do homem.

Dentre as várias mediações constituintes do ser humano está essa que nos propomos a discutir, ou seja, as tecnologias, até porque se, desde que o homem é homem ele modifica a natureza por meio do trabalho, gerando um conhecimento subjacente a esta prática, essa *práxis* é mediada também pelas diversas tecnologias.

Assim, tanto o homem que utilizou e se apropriou do fogo pela primeira vez, quanto o que hoje usa o fogo para moldar os mais diversos metais tiveram nesses trabalhos a produção de conhecimentos a respeito de tais atividades, bem como a mediação de variadas tecnologias para tal.

Podemos afirmar, portanto, que as tecnologias são também parte constituinte dos seres humanos, uma vez que são meio para algo. O problema das discussões sobre tecnologia está quando aprisionamos esta à finalidade em si, ou também quando acreditamos que ela fora de uma prática social é capaz de algo, desconsiderando o papel do homem nesse processo.

De certa maneira isso implica às tecnologias não um papel de neutralidade, mas de elemento integrante de práticas e ideologias do homem para a produção de algo, entendendo que, fora de um contexto social é impossível analisá-las isoladamente.

Na educação muito se discute as tecnologias voltadas para a aula, alguns excluindo-as completamente de suas práticas, outros integrando-as a todo custo, sem contudo debater as suas apropriações.

Se entendemos que tanto as tecnologias quanto o homem, o conhecimento e o trabalho estão inseridos em um contexto sócio-histórico mais amplo, diretamente implicado pelo sistema econômico, político, cultural etc., nos cabe não questionar em separado esses elementos, mas sim as inter-relações que os constituem.

É necessário, portanto, discutir qual é o papel das TICs na formação do homem do século XXI, que vive em um sistema neoliberal, relacionando todos esses elementos à sua própria historicidade como processo que nos levou até o ponto em que estamos. (Soares, 2006)

A relação entre formação humana e tecnologias só pode ser debatida se antes fizermos as relações internas e externas necessárias, entendendo-as como práticas sociais, o que nos leva a discutir também as práticas educativas.

Educação e tecnologias na formação do homem

Nas discussões propostas nesse trabalho há um aspecto que permeia todo processo, que é a Educação.

A Educação é a maneira que o homem encontrou, entre outras tantas, de difundir culturalmente os saberes produzidos e apropriados ao longo de sua história.

Todo conhecimento humano passou de uma geração à outra por alguma prática educativa. Nossa discussão é mais focada na educação institucionalizada, principalmente em nível superior.

Toda prática educativa do homem foi e é mediada por tecnologias, assim como o trabalho e o conhecimento que é gerado por meio deles. Se todo esse processo se dá no seio de práticas sociais, inscrito em um dado tempo / espaço, a relação educação - tecnologias é sempre social e histórica.

Focamos nesse texto a sociedade do conhecimento, em que o emprego das tecnologias da informação e comunicação é amplamente tido como necessário à formação do homem de nosso tempo, sob o risco de tornar-se ou não, um excluído digital e, conseqüentemente, também excluído social (Warschauer, 2006).

Já tivemos em outros espaços / tempos históricos a necessidade ampla da utilização de vídeos no contexto escolar/acadêmico ou da própria televisão, de forma que, de tempos em tempos, nos parece surgir novas demandas que, por conseqüência, requerem para si um *status* de revolucionárias e solucionadoras de todos os problemas tanto de ensino quanto de aprendizagem ou, pelo contrário, levam a uma fobia descontrolada de mestres.

Se entendermos esses fenômenos de maneira desconectada, teremos a indicação, ou melhor, deduziremos que sem dúvida as TICs são o que melhor houve ou pode haver para a educação, devido ao seu caráter interativo, autônomo, quase infundável como meio de busca de conhecimento, entre outros aspectos positivos que podemos levantar.

No entanto, se fizermos outras análises, perceberemos que à sua época, cada tecnologia contribuiu de alguma maneira para a produção de conhecimentos, ressaltando também que não são as tecnologias as produtoras dos mesmos, mas sim o homem, embora por meio delas ele possa gerar saberes e representar o mundo.

Tomando como exemplo um artefato tecnológico, no caso o *microscópio*, sabemos que este não gera conhecimento senão pela atividade humana, mas a sua utilização sem dúvida nos abriu espaços importantes para novas descobertas que não seriam possíveis sem esse instrumento.

Queremos afirmar com isso que, se as tecnologias não forem empregadas como meios, mas sim debatidas como fins ou, por outro lado, houver a crença de que são autônomas, deixamos de perceber o emprego que estas podem ter na inovação tecnológica.

É um engano achar que inserir novas tecnologias na escola por si só traz uma “melhor” aprendizagem, do mesmo jeito que é discutível a postura de ignorar as possibilidades que estas trazem. Portanto, o problema a ser debatido não são as tecnologias, mas sim como podemos nos apropriar dessas de forma a visar à emancipação do homem.

É possível, portanto, afirmar que por serem práticas sociais ou frutos destas, educação e tecnologia devem ser discutidas em seus espaços / tempos de acordo com a utilização que nós, homens, damos às mesmas. Por outro lado, devemos contestar quando elas são utilizadas como meios para a exploração do homem pelo homem ao invés de relacionadas com as possibilidades de autonomia e criação do ser humano.

EAD e perspectivas democráticas

O caminho percorrido até então nesse trabalho buscava fundamentar duas discussões que levantamos no início deste texto:

- Qual é a relação desse contexto com a necessidade de formação continuada para professores?

- Por que grande parte dessa formação tem se dado a partir da Educação a distância por meio da utilização das tecnologias da informação e comunicação (TICs), o que constitui para muitos uma promessa de democratização do acesso ao nível superior nas instituições públicas?

Ao discutir essas duas questões nos aproximamos mais do interesse do nosso estudo, que são as implicações de um curso a distância de pedagogia, realizado em uma instituição pública, para as práticas docentes de alunos já concluintes.

Embora tal estudo esteja na sua fase inicial, os questionamentos levantados nos ajudam a perceber quais são as bases teórico-político-econômicas e sociais que sustentam esse projeto, para enfim, pensar que formação é esta que está sendo oferecida e o que a mesma pretende.

Discutindo a primeira questão explicitada, podemos trazer novamente as reflexões acerca da necessidade de formação para o trabalho que é requerida atualmente pelo mercado de trabalho.

Hoje fala-se em profissionais polivalentes, multi-qualificados, flexíveis entre outros predicados que, no final das contas, tomam a dimensão do sujeito que no seu trabalho pode assumir qualquer posição e não somente aquela para a qual ele havia se proposto.

Isso parte de um pressuposto taylorista-fordista, em que há uma maximização da mão-de-obra e o sujeito tem que assumir vários papéis dentro de seu ambiente de trabalho (Frigotto, 2007).

O discurso pela “competência” não passa necessariamente pela formação humana dos indivíduos, mas sim por saberes e fazeres mínimos para algo, o que até poderia ser positivo, se não fosse o fato de tais saberes/fazeres terem como objetivo único uma reprodução desenfreada do capital.

Dessa maneira, alguém que trabalhe em uma loja qualquer precisa saber ser caixa, estoquista, produzir uma vitrine, não porque isso seja importante no seu crescimento como profissional e sujeito, mas sim porque a qualquer momento essa pessoa pode passar a desempenhar estas e outras funções substituindo outras pessoas, ao invés de trabalhar com elas.

Outro problema das competências está relacionado à própria noção de competitividade, quando o “ser competente” é ter, ganhar, fazer, gerar, produzir mais que o outro, deixando de lado as possibilidades de solidariedade.

Para exemplificar essa questão, houve um debate há pouco tempo se estudantes que tivessem boas notas deveriam receber uma bolsa de bonificação por tal feito. Um questionamento na época seria o fato de que tais estudantes, para ganhar essa bolsa, poderiam vir a competir entre si pelas melhores notas, deixando de lado a aprendizagem colaborativa.

Ainda sobre esse exemplo, a necessidade intensa de formação continuada e a demanda pelo profissional competente podem levar a um quadro de pressão sobre a subjetividade dos sujeitos de forma a deixá-los constantemente em busca de algo, pressionados, para não perderem o lugar.

E o que isso tem a ver com a educação, ou melhor, com os profissionais do campo da educação?

Temos visto, há algum tempo, iniciativas de formação continuada para professores, principalmente, universitária. No entanto, com o advento da obrigatoriedade do nível superior para professores do Ensino Fundamental, proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9394/96), essa necessidade se institucionalizou em forma de “obrigação”.

Para que os professores pudessem continuar atuando, deveriam no momento de surgimento da Lei (que já foi revista algumas vezes, sendo flexibilizada) buscar a formação em nível superior até o ano de 2007.

Havia, por parte dos profissionais de educação, o “temor” de que, ao não fazê-lo, deixariam de ter oportunidades no mercado de trabalho ou ingresso no setor público entre outros. Como consequência houve uma proliferação de cursos na área de Educação, de tal forma que, mesmo sem fazer nenhum estudo mais aprofundado, podemos afirmar que quase todas as instituições de ensino superior públicas, e principalmente as privadas, oferecem cursos de Pedagogia ou formação de professores.

Outro fator relevante para a formação continuada na área de educação foi o fato de que, até que as Diretrizes para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006) fossem oficializadas, imputando ao mesmo o caráter de Licenciatura e excluindo o Bacharelado, houve uma grande procura pelo curso no sentido de uma formação que possibilitasse tanto o exercício da docência em instituições de educação formal, quanto a prática pedagógica em espaços não formais e até mesmo em Organizações não Governamentais, Movimentos Sociais e Instituições Privadas (entendendo-as como empresas).

Essa abertura de campos de atuação gerou também uma demanda de vagas em universidades para o Curso de Pedagogia, visto que diversas pessoas que não tinham interesse em ser docentes, mas desejavam ingressar na área de Recursos Humanos em empresas passaram a procurar o curso, haja vista que a atuação no setor privado sempre foi uma demanda da Psicologia ou Serviço Social.

Esses foram alguns motivos que levaram à expansão dos cursos de formação continuada na área de Educação. Contudo, principalmente nas instituições públicas, essa demanda não foi acompanhada por um aumento da oferta. Por outro lado, passou a se reconhecer algumas questões relacionadas à formação de professores, como:

- Devido à profissão, muitos não tinham tempo para dar continuidade aos seus estudos;

- Muitos desses profissionais não são residentes dos grandes centros urbanos, onde situa a maioria das instituições públicas;

- Há, por parte de muitos desses profissionais, dificuldade financeira para a continuidade no curso, e por fim;
- o reconhecimento de novas formas de buscar o conhecimento que não somente o ensino tradicional;

Tais fatores associados levaram à implementação de formas mais sistematizadas de Educação a Distância, que apoiadas nas TICs que naquele momento começavam a fazer parte do cotidiano de muitas pessoas, visavam atender a esta demanda de formação.

No caso do estado do Rio de Janeiro, em particular, formou-se em 1999 o Consórcio CEDERJ, no qual as seis Universidades Públicas sediadas no Estado tinham como objetivo oferecer diversos cursos de graduação na modalidade a distância.

Tais cursos deveriam ter a mesma qualidade acadêmica de suas instituições de origem, assim como serem responsáveis pelos trâmites legais dos estudantes.

Passados cinco anos desde o início da primeira turma do curso de Pedagogia da UERJ (que se iniciou em 2003) e com algumas turmas já formadas, pudemos perceber que, sem dúvida, esse curso tem méritos ao interiorizar o ensino superior no Rio de Janeiro. Se um de seus objetivos era ultrapassar as barreiras físicas das universidades consorciadas e oferecer possibilidades de formação em nível superior para além daquelas que centralizavam-se nos *campi* presenciais, sem dúvidas essa proposta foi cumprida.

Hoje, só no curso de Pedagogia da UERJ, há os pólos de Paracambi, Maracanã, Petrópolis, São Pedro da Aldeia, Nova Friburgo, Resende, Nova Iguaçu e Angra dos Reis, ou seja, esta universidade pôde se expandir pelo interior do Estado.

O enfrentamento das questões político-pedagógicas apresentadas no início deste artigo elas são enfrentadas de algumas formas no curso. Destas destacamos três:

1ª) O próprio projeto político-pedagógico do curso,

O projeto do curso, que prioriza a inclusão, apresenta como proposta fundamental do mesmo:

O curso em questão fundamenta-se em pressupostos que consolidam uma visão social transformadora de mundo. Em outros termos, concebe um profissional que, imerso em sua prática, busque confrontá-la com a teoria, e ao cotidiano retorne, revigorado pela reflexão e pela dúvida – movimentos indispensáveis à constituição de um pensamento crítico e criativo, portanto transformador.

2ª) A proposta metodológica do curso, que preconiza o máximo de interação e é “configurada pela *metodologia à distância*, com intensa tutoria presencial e não presencial, mescladas com o propósito definido de alcançar o máximo de debates com o mínimo de afastamento do nosso aluno/professor de seu ambiente de trabalho específico”.

3ª) A estrutura curricular alicerçada em três eixos norteadores – HOMEM³, SOCIEDADE⁴, TRANSFORMAÇÃO⁵.

³ **HOMEM** - Entendido no seu caráter social e histórico, agindo em um tempo e em um espaço, relacionando-se com outros homens e produzindo as várias formas de conhecimento que constituem a cultura.

Em relação aos problemas financeiros e de tempo há questões mais complexas, nas quais não pretendemos nos estender muito, mas que são necessárias à discussão. Ora, se um curso é feito para vencer uma barreira de tempo ou financeira, temos que questionar que profissão é essa que não possibilita aos seus profissionais uma atenção maior àquilo que é seu grande “instrumento”, ou seja, o conhecimento. Como pode um professor não ter tempo de estudar?

Por outro lado, é necessário garantir a estes profissionais remuneração mais digna e condizente com o trabalho que desempenham, pois afinal muitos têm que fazer várias jornadas de trabalho para poderem garantir um sustento relativo para si e suas famílias.

Em ambas as justificativas acreditamos que não são cursos a distância ou presenciais que têm que ser criados para dar conta desses problemas, mas sim uma superação das bases econômico-sociais que levam professores e professoras a recorrerem a tais artifícios.

Em contrapartida, se entendemos a EAD mediada pelas TICS como uma nova epistemologia, ou seja, como uma opção e não como uma “rota de fuga” a problemas sócio-econômicos, podemos então questionar aspectos mais pedagógicos do que filosóficos (embora ambos estejam implicados). Afirmamos com isso que as pessoas podem ter a opção por buscar a formação de maneira mais autônoma, em seus lares, sem que isso represente uma segunda opção para aqueles que não conseguiram ingressar no ensino superior.

Quando os próprios defensores da EAD justificam a sua importância a partir desses pressupostos deixam de lutar por melhores condições de trabalho e vida para professores e professoras e passam a naturalizar essa situação de exploração.

Ao contrário, se dão mais ênfase às possibilidades pedagógicas que há nesse processo e partem do entendimento de que os sujeitos podem buscar o conhecimento de outras formas, aí sim podemos começar a refletir sobre a EAD em uma perspectiva democrática.

No entanto, voltamos a lembrar que não basta a garantia de uma EAD utilizando os mais sofisticados recursos tecnológicos se o projeto subjacente ao curso, além de práticas diferenciadas, não visa uma mudança de concepção sobre o próprio ato educativo e uma perspectiva de emancipação do sujeito.

Como afirmamos anteriormente, não são as tecnologias em si que garantem o sucesso ou não da aprendizagem e do ensino, mas sim as apropriações que são feitas a partir das mesmas e aí é necessário questionar o que se entende por homem, por formação, por conhecimento, pela relação homem-natureza por meio do trabalho, entre outras.

Daí a necessidade de pensar cursos a distância ou não que possibilitem uma formação para além do capital.

⁴ **SOCIEDADE** - Refere-se às diferentes formas de relação entre grupos e à estratificação social: definições das relações de poder e dos seus processos de constituição, reprodução e mudança, no decorrer do tempo.

⁵ **TRANSFORMAÇÃO** - Resultado da interação do homem com a natureza e com os seus semelhantes, modificando a primeira e as próprias condições de vida. Com os outros homens relaciona-se no processo de produção, troca e distribuição dos bens materiais e simbólicos.

Educação e EAD para além do capital: uma possibilidade de formação humana

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Conseqüentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas, sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. (Mészáros, 2007, p. 196)

Diante do caminho que percorremos até esse momento, ao abordar as idéias a respeito do que estamos considerando como homem, educação, conhecimento, formação humana, entre outros conceitos, todos relacionados ao nosso problema que é o da definição das implicações de um curso a distância nas práticas de professores já formados nessa graduação, acreditamos que falta ainda discutir possibilidades daquelas problemáticas que tentamos levantar.

Uma primeira questão a ser resolvida é o entendimento radical de que educação não é mercadoria e não deve ser gerida segundo a lógica do mercado. O que vemos freqüentemente é um processo onde há uma abertura quase descontrolada de cursos superiores, centros universitários, universidades entre outras instituições promotoras de Educação que, embora autorizados pelo Ministério da Educação, não têm o rigor científico que se espera dessas graduações.

Tem havido também um esforço no sentido de oferecer cursos que atendam à demanda do mercado, mas como a formação superior não é um processo rápido (dura no mínimo quatro anos em alguns cursos, outros até mais), criam-se desvios para isso, de tal maneira que acompanhamos também um crescimento progressivos de cursos superiores politécnicos, com duração máxima de dois anos, cujo objetivo é a formação profissional em nível superior rápida, para um atendimento quase imediato ao que é pedido pelo mercado.

Desta maneira percebemos, atualmente, um crescimento significativo de cursos relacionados à área de “petróleo”, “tecnologia da informação”, entre outros que segundo “consultores / analistas de mercado” estão na “crista da onda”. Grande parte desses cursos é oferecida pela iniciativa privada na área da educação e, em alguns casos, nas pós-graduações em nível de especialização em instituições tanto privadas quanto públicas, que nesse último caso cobram algum tipo de mensalidade, mesmo em uma instituições públicas, e são bastante caros esses valores.

Há ainda outro problema que é a abertura indiscriminada de cursos que sempre tiveram uma grande demanda, mas que nesses últimos anos têm tido um aumento considerável na sua procura, como por exemplo o próprio curso de Educação / Pedagogia. Além das questões legais que já levantamos no caso desse curso, como a suposta obrigatoriedade de formação superior, trata-se de uma área de certa forma abundante no que diz respeito à entrada no

mercado de trabalho e do oferecimento de concursos públicos, além de ser considerado um curso fácil tanto no ingresso, quanto na sua continuidade.

A esses fatores relacionados, soma-se a incapacidade do Estado de aumentar a oferta de vagas nas instituições públicas, levando a um efeito colateral que é a apropriação pública de vagas privadas sob a prerrogativa de dedução de impostos, como no caso da política pública denominada ProUni.

No conjunto dessas argumentações, vemos um traço forte e contínuo, que é a submissão da educação ao capital, à iniciativa privada e, portanto, à lógica do mercado que, como sabemos, de alguma maneira traz implicações ao seu processo.

Mészáros (2007) nos mostra as impossibilidades de uma transformação social e educacional sem uma superação processual do sistema no qual vivemos, logo, com a superação da lógica do capital.

No bojo dessas discussões acompanhamos uma expansão de cursos a distância, sejam públicos ou privados e que, ao que nos parece, estão seguindo em muitos casos essa mesma lógica do mercado. Nessa situação, sem generalizar, mas vendo com bastante preocupação, em favor da primazia da quantidade deixam de lado a discussão da qualidade acadêmica.

Por outro lado vemos também, pelo menos como proposta, iniciativas que visam à emancipação e à concreta formação humana, como no caso do curso que tomamos como objeto de pesquisa. O problema que se coloca, no entanto, é perceber se efetivamente esse curso da UERJ está mais voltado à reprodução da lógica de mercado, o que particularmente nos parece difícil, ou se objetiva e concretiza como uma possibilidade de superação dessas idéias, tendo como horizonte a formação de profissionais que possam vir a, nas suas práticas, questionarem esse sistema estabelecido.

Há ainda um outro viés que pode surgir ao longo da pesquisa que não está nem para a reprodução da lógica do capital, nem para a superação por meio da formação dessa lógica, mas sim, da alienação a respeito da própria profissão e de sua práxis, de tal forma que, embora o curso preconize práticas tidas como sócio-interacionistas, não cumpra com esse objetivo e não consiga formar seus alunos para tais concepções.

Caso a investigação corra nessa direção, pode vir a ser considerável questionar os motivos que levam os alunos a continuarem em um curso que não cumpre com as suas promessas, o que desde já nos parece ter uma resposta óbvia e que faria o ciclo retornar ao seu início, ou seja, a necessidade de um diploma para abrir ou melhorar as condições de concorrência no mercado, mas isso tudo, por hora, são conjecturas.

É preferível ter, e gostaria que esta pesquisa levasse a isso, a crença de que o curso de Pedagogia a distância oferecido pela UERJ cumpre com a sua proposta de democratização do ensino superior, de formação humana para a autonomia e emancipação e para a reflexão crítica. Se alicerçado nesses valores e fazendo-os valer na prática, podemos acreditar e o considerar como uma possibilidade de formação humana para além da lógica do capital, como parte desse processo de superação.

Referências bibliográficas

FRIGOTTO, G. Educação tecnológica e o ensino médio: concepções, sujeitos e a relação quantidade/qualidade. Projeto de Pesquisa. CNPq, Uerj, 2007.

LUKÁCS, G. *O trabalho* Alagoas: UFA, 2004.

MÉSZAROS, I. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SCHAFF, Adam. *O Marxismo e o Indivíduo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 2007.

WARSCHAUER, M. *Tecnologia e inclusão social – a exclusão digital em debate*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.